

Trajetórias de engajamento, “proteção responsável” e autocontrole: dilemas e questões na proteção animal¹

Diego Breno Leal Vilela (UEPB)

Palavras-chave: Proteção animal, trajetórias de engajamento, relações humano-animais.

Neste artigo irei me debruçar sobre os processos por meio do qual os ativistas pela proteção animal na cidade do Recife-PE se engajaram nessa causa e passaram a desenvolver ações sistemáticas em favor de alguns animais – principalmente cães e gatos. A partir da incorporação de fragmentos das trajetórias de alguns desses indivíduos, possibilitada pela pesquisa de campo e realização de entrevistas abertas e profundas, tentarei evidenciar algumas das principais questões implicadas nesse processo: como essas pessoas se tornaram “protetoras de animais”? Quais fatores foram centrais nesse processo? De que modo tornar-se protetor impactou nas suas vidas e respectivos círculos sociais? O que os fazem permanecer protetores? Quais os principais dilemas e questões na proteção animal?²

Como destacam Eckert & Rocha (2013), a incorporação de narrativas biográficas ao trabalho de pesquisa antropológico tem se tornado cada vez mais recorrente enquanto fonte de dado etnográfico. Por meio delas, as pessoas não apenas reconstróem suas trajetórias e biografias, como também revelam representações, valores e maneiras de enxergar o mundo. Tais narrativas transcendem a experiência estritamente individual e se conectam a processos sociais que são maiores que os próprios indivíduos, em muitos casos, expressando nuances de uma determinada época (GUSSI, 2008). Diante deste contexto, cabe indagar: o que as ações dos autointitulados protetores de animais dizem ou expressam sobre o mundo em que estamos vivendo?

Especificamente no contexto deste trabalho, tomaremos a proteção animal e os pequenos fragmentos de ações que serão narrados, como expoentes de certo alargamento da sensibilidade humana com relação a alguns animais (THOMAS, 2010),

¹ “Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.”

² Este artigo é uma versão adaptada de um dos capítulos da minha tese de doutorado intitulada “Transformações das Sensibilidades na Relação Humanos-Animais: proteção Animal, mediação e Institucionalização na Cidade Do Recife-PE”, defendida em 2019 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN).

de modo a incluí-los na esfera de preocupação moral humana. Para Franklin (1999), ao longo do século XX esse processo se desenvolveu a partir da “sentimentalização” dos animais, passando pela intervenção do Estado moderno na regulação dos comportamentos adequados em relação a esses seres, chegando até a demanda socialmente mobilizada por direitos animais e sua crescente importância no âmbito do humano.

Tornando-se protetor

Sawicki & Siméant entendem o “engajamento” como “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou a promoção de uma causa.” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 201). Assim, o termo “engajamento” é utilizado nesta acepção para qualificar ações ou adesões duradouras a determinados fenômenos. Trata-se de algo similar àquilo que o sociólogo norte-americano Howard Becker (1960) chamou de “comportamento consistente” (*commitment*), ou práticas de participação continuada. Através do termo *carreira*, Becker buscou analisar os elementos por meio dos quais são gerados comportamentos tidos como consistentes, mantendo assim certa estabilidade ao longo do tempo. É considerando este caráter de “comportamento consistente” que tomaremos aqui o termo “engajamento”, apresentando pontos que consideramos centrais de certas “carreiras” na proteção animal.

José possui 37 anos, é graduado pela Universidade Federal de Pernambuco e funcionário público concursado. Atua na proteção animal há cerca de 10 anos e possuía, quando o entrevistei (2017), 14 animais (entre gatos e cachorros), sendo seis em sua casa e oito em um Lar Temporário (LT), disponíveis para adoção.

Ele contou que desde criança possuía afeição pelos animais, praticando ações para ajuda-los, tal como dar comida, levar para sua casa ou mesmo ao veterinário. Segundo José, tudo isso era feito por “empatia”, sem a noção de que havia grupos organizados de pessoas que trabalhavam em prol desses animais. O “ponto de virada” para a sua imersão na “causa animal” ocorreu quando resolveu atender um pedido de ajuda feito por uma pessoa em uma rede social. Tratava-se de um pedido de “carona solidária” para transportar uma cadela que estava doente e com filhotes. A missão consistia em transportar essa cadela e suas crias para a casa de uma pessoa que se dispôs

a abriga-las. Ao fazer o transporte e chegar ao local indicado, percebeu que a pessoa que estava acolhendo os animais vivia em uma condição considerada por ele muito precária.

Tal fato o mobilizou significativamente, despertando em nosso interlocutor o sentimento de que poderia fazer bem mais do que já fazia. Desde então, passou a auxiliar a pessoa que se dispôs a abrigar os cães, ao mesmo tempo em que decidiu que iria se dedicar mais a ajudar outros animais. Suas ações tornaram-se mais sistemáticas, ao mesmo tempo em que passou a conhecer e fazer contatos com pessoas e grupos que atuavam coletivamente no âmbito da proteção animal. Em pouco tempo, José começou a atuar nas feiras de adoção, colaborar com alguns grupos e participar de resgates. Esses passos foram decisivos para que José passasse a se reconhecer enquanto protetor.

No início, quando começou a se envolver de forma mais intensa com a proteção animal, José afirmou ter divulgado em grupos e redes sociais o trabalho que fazia. Com o passar do tempo, percebeu que proceder dessa forma era um grande erro. Ele disse ter sido superestimado por muita gente, sobretudo no seu ambiente de trabalho, no sentido de que as pessoas passaram a vê-lo ora como alguém que possuía “superpoderes”, ora como alguém investido, segundo as suas palavras, por uma espécie de “santidade”:

Isso no início até me envaideceu, confesso. Mas com um tempo fui percebendo que essa era uma visão errada, porque qualquer pessoa pode ajudar animais, não precisa ser super-herói ou ser santo, e também foi me prejudicando porque a responsabilidade só aumentava; a partir do momento em que eu aceitava essa visão das pessoas sobre mim eu tentava corresponder, e aí passava a atender todos os pedidos de resgate, a oferecer todo tipo de carona solidária, as pessoas me ligavam até de madrugada para que eu resgatasse cavalos que haviam sido atropelados e abandonados, e eu ficava com peso na consciência quando não conseguia atender a esses chamados. Mas depois fui percebendo que não sou santo nem super-herói, mostrando que qualquer pessoa pode ser um protetor de animais (JOSÉ, 04.06.2017).

Por vezes, no decurso da pesquisa, ouvi relatos de protetores que tiveram animais abandonados nas portas de suas casas. Para evitar que isto acontecesse, não apenas José, como também outros protetores, acabam por adotar certas estratégias de autoproteção, como não revelar os pontos da cidade por onde atuam, não utilizar aplicativos de conversa instantânea, como o *Whatsapp*, ou mesmo não utilizar camisas que façam alusão à proteção animal nas proximidades de suas residências.

Seguindo um protetor

A primeira coisa que ouvi ao entrar no carro de José foi um pedido de desculpas pelo mau odor que circulava no carro. Contou-me que no dia anterior transportou alguns gatos que não estavam bem de saúde. Um deles acabou urinando em um dos bancos e ele ainda não tivera tempo de limpar. Logo em seguida, alertou: “carro de protetor é assim mesmo, de tanto transportar animais pra lá e pra cá, às vezes isso acaba acontecendo”.

Nosso primeiro destino foi um “Lar Temporário” (LT). Um LT pode ser qualquer lugar disponibilizado voluntariamente ou mediante cobrança financeira, para receber animais resgatados pelos protetores. Geralmente esses lugares costumam ser acionados quando os protetores não têm mais possibilidades de abrigarem animais em suas casas, ou quando suas redes de contatos mais imediatas – familiares ou amigos próximos – se esgotaram. Neste sentido, os lares temporários permitem aos protetores se responsabilizarem por um número maior de animais, para além daqueles que cuidam em suas próprias residências.

Uma vez no LT, José pegou uma das gatas que mantinha e levou-a para uma consulta veterinária. Segundo ele, a gata apresentava sintomas que o levaram a suspeitar que ela estivesse com FIV (*Feline Immunodeficiency Virus*), popularmente conhecida como AIDS felina.

Ao chegar à clínica a funcionária o tratou com muita familiaridade, demonstrando que já o conhecia. O mesmo aconteceu quando entramos na sala do veterinário. Em conversa posterior, José me falou que se tratava de uma “clínica parceira”, que tem sido bastante acionada por alguns protetores de animais da cidade, pois, para esse público, os veterinários dessa clínica adotam preços mais baratos. Alguns procedimentos, tais como o de castração, são prestados quase a preço de custo.

Para realizar o exame foi necessário colher sangue. José segurou a gata enquanto o veterinário introduziu levemente a seringa em uma das patas do animal. O sangue colhido foi levado para outra sala onde a testagem seria feita. Não demorou muito para que o resultado saísse. Felizmente, o exame deu negativo. Seu semblante tenso se desfez, dando lugar a um breve e aliviado sorriso.

Acompanhar José foi crucial para percebermos, a partir do itinerário que seguimos, que a proteção animal é uma grande rede e que existe um itinerário ao longo dos quais se movem as ações (JASPER, p. 120). Essa rede é formada por diversos agentes e envolve o agenciamento de outros atores e instituições: lar temporário, veterinários parceiros, instituições governamentais, abrigos e assim por diante. É

movendo-se por meio dessa infraestrutura que os protetores conseguem viabilizar suas atividades. Elas ajudam no cumprimento de um ciclo, que começa pelo *resgate*, momento em que os animais são retirados das ruas e passam pelos primeiros cuidados (administração de vacinas, vermífugos e demais amparos médicos necessários), passando pela *castração*, para finalmente serem encaminhados para a *adoção*. Vejamos abaixo como algumas dessas formas de atuar na proteção animal vão assumindo a forma de modelos no sentido de um conjunto de ações que devem ser seguidas para serem considerada uma “proteção responsável”.

Proteção “responsável”: tensões entre empatia e autocontrole

O acúmulo da experiência militante por parte de alguns dos interlocutores fez com que, aos poucos, construíssem um dado modelo de conduta e de procedimento a respeito de como deve agir um protetor. Muitas vezes, esses modelos são expressos a partir de termos como “práticas responsáveis”, “profissional” ou “proteção responsável”. Isso envolve desde os cuidados ao resgatar, onde segurar o animal no momento de sua captura, o que utilizar para se proteger ou como transportá-los. Uma vez resgatados, antes de pôr esse animal em contato com outros, é preciso certificar-se de que ele está saudável. Para isso, uma ida ao veterinário se torna imprescindível. Vacina-los e vermifuga-los também é considerado inescapável. Castrá-los é uma obrigação. Além do mais, é preciso ter uma série de cuidados no processo de socialização desse animal junto aos demais e doá-los apenas para quem for igualmente “responsável”.

De acordo com Maria, foi apenas depois de ter contato com um grupo de proteção animal que ela passou a conhecer formas consideradas “mais adequadas” de lidar com os animais. E foi justamente neste momento, após a incorporação dessas práticas que passou a também definir-se como protetora. As repercussões mais imediatas que essa mudança causou na sua forma de lidar com os animais que cuidava, foi castra-los e encaminha-los para adoção, evitando assim o grande problema da acumulação.

Há um aspecto crucial que gostaria de pontuar a respeito da noção de “proteção responsável”. Neste contexto, “responsabilidade” aparece associada ao controle de certos impulsos e emoções. E porque considero este ponto tão importante? A pesquisa me mostrou que elementos como empatia e compaixão costumavam ser acionados pelos

interlocutores para explicar o despertar de uma atitude para o engajamento na proteção aos animais. E para que a atividade do protetor seja eficaz e praticável ao longo do tempo, dentro dessa perspectiva da “proteção responsável”, é necessário que haja controle e racionalização de suas condutas e ações.

Esta necessidade de assumir uma postura controlada e racional revela uma face muitas vezes desconhecida da proteção animal, ou melhor, da “proteção responsável”. Isto porque com muita frequência, a imagem dos protetores é fortemente associada à “pura sensibilidade”, como se estivessem a todo tempo tratando com animais dóceis, carinhosos e fofos. No entanto, o que a minha pesquisa de campo demonstrou foi justamente o contrário. Essas pessoas estão na maior parte do tempo lidando com situações extremamente difíceis, com animais doentes, moribundos, envenenados, atropelados, maltratados, vítimas de violência, acumulados:

Eu chorei quando eu vi aquilo. Muito bicho confinado, é muito sofrimento, muito cocô, aquele cheiro forte de urina, bicho doente, verme andando pelo chão... eu vi isso... foi uma coisa assim, traumática. Quando eu vi, eu não quis voltar não. Desde esse dia que eu tive a certeza que abrigo não é solução para nada. É melhor tá na rua, do que tá naquela situação. (RAISSA, 18.02.2019)

Também a partir de suas experiências enquanto protetora, outra interlocutora assevera:

Ninguém entra na proteção animal sabendo o que realmente é. A gente é muito visto como ‘ai, gosta de bichinhos’, e na verdade o que a gente faz é uma coisa muito mais complicada, muito mais dolorosa. Eu queria ser veterinária, e desisti por causa da proteção animal, vi que não era pra mim, que querendo ou não era bem complicado. (...) trabalhar com proteção não é só gostar de animais. Porque nem tudo que você vai ver, você vai gostar. Você vai ver animais maltratados, você vai ver animais que vão morrer e você vai ter que determinar qual animal que você resgata ou não, se um animal tá muito doente, se você vai fazer eutanásia ou não. Então você tem que ser até um pouco imparcial. Ter um controle emocional, porque se você **se deixa levar pelo emocional** você se torna um acumulador. Então você acaba tendo mais animais em casa, isso prejudica os animais, porque eles vão tá convivendo acumulados, e prejudica você também, porque não é sadio uma pessoa se responsabilizar por tantos animais de uma vez só. (MARIA, 13.02.2019).

Na contramão do impulso, o que a noção de “proteção responsável” evoca é “cautela”, “racionalidade” e “autocontrole”:

Eu já vi pessoas dizendo ‘não, se a gente vê um gato é pra pegar’. E eu falo, não é. Se você não tem condições você não deve pegar, seria irresponsável. Você vem me dizer que uma pessoa que tá com sessenta gatos, sem razão direito, algumas pessoas botam em gaiolas, sem ver a luz do sol, sem passear, sem ter família, sem ter vida... é melhor deixar na rua e o gato passar pouco tempo de vida e livre. Castre e devolva pra rua. Não leve pra dentro de casa pra morrer dentro de casa. As vezes as pessoas acham que a gente tem obrigação: ‘não, cabe mais um na sua casa’. E nesse negócio, acumulam. As pessoas agem por impulso, e **o impulso pra mim é a pior coisa da causa.** (LAÍS, 21.02.2019)

O controle do impulso possui desdobramentos, inclusive, no estabelecimento de critérios para resgatar animais:

Eu tenho que determinar quem eu resgato ou não. Porque eu tô resgatando às vezes animais saudáveis, que eu sei que sobreviveriam na rua ou animais que são muito bonitos, e, por mais doloroso que seja a gente admitir isso, mas animais bonitos são adotados facilmente. Dificilmente o pessoal vai pegar um animal na rua que esteja com doença de pele, geralmente são protetores que resgatam. Mas animais bonitos chama atenção, então eu acabei determinando isso. Tenho que ver quais são os meus parâmetros de resgate porque senão eu vou acabar virando uma acumuladora. (MARIA, 13.02.2019)

Ao ser perguntada sobre como desenvolveu seu autocontrole, Maria respondeu que isso ocorreu quando chegou a uma quantidade de animais que não estava conseguindo mais dar conta sozinha. Ao chegar nesse número, ela passou a entender que os animais que ela resgatava precisariam ser encaminhados para adoção³.

Aqui reside um ponto importante, pois a noção de responsabilidade também está relacionada à possibilidade de garantir os cuidados e o bem estar aos animais, e não necessariamente a uma quantidade. É possível que existam pessoas com um número bem menor de animais, mas que não possuam a estrutura necessária para proporcioná-los boas condições de vida. Assim, uma situação de acúmulo de animais também está dependente das condições e da estrutura que um dado protetor possua para acolhê-los.

De todo modo, esse segue sendo o maior temor que circunda os protetores. A esse respeito, assevera uma interlocutora:

Eu conheço pessoas que estão com sessenta animais, setenta animais, e não se veem como acumuladores. Por quê? Porque elas são as protetoras também. Então pra mim esse é o maior problema que eu vejo hoje em dia na causa.

³ É preciso reconhecer que há fissuras nessa forma de proceder. Uma das interlocutoras afirmou que já enfrentou muitos dilemas. Em alguns casos, de um ponto de vista “racional”, o mais sensato a ser feito é a eutanásia, pois pode acontecer de um animal muito doente demandar altos custos no tratamento e não ter qualidade de vida depois de recuperado, ao passo em que esse mesmo dinheiro poderia ser usado para tratar tantos outros. No entanto, ela assume que é muito difícil lidar com essas questões, e que nem sempre consegue fazer aquilo que seria mais sensato mediante um ponto de vista “racional”.

Assim, fora o problema do animal, é o problema das pessoas que cuidam deles, de reconhecer que tem um problema que não conseguem cuidar de todos. A gente tem um abandono maior do que pessoas que ajudam, que estão aptas a adotar. Então as pessoas têm que pensar em castrar e deixar na rua, ou então de não pegar e assumir que você só consegue assumir “xis” animais. Você não pode salvar o mundo. (LAÍS, 21.02.2019)

Outro ponto ressaltado por esta mesma interlocutora refere-se ao perigo de acumular animais: caso aconteça algo com essa protetora, como grave doença ou óbito, dificilmente alguém ficará responsável. Ela me reportou um exemplo ocorrido no município de Jaboatão do Guararapes, região metropolitana do Recife, em que uma pessoa que possuía mais de setenta animais veio a falecer, e sem querer assumir a responsabilidade por esses animais, seus filhos abriram as portas e os deixaram sair.

A perda de autocontrole pode também pode acarretar numa série de outros problemas. Como disse um interlocutor: “a gente começa a se envolver, e é quase um vício, depois que você entra, não sai mais” (JOSÉ, 05.06.2017). Em outra ocasião, disse Inês (26.06.17): “Eu tenho minha família, que me traz muito pra realidade. Eu tenho muita limitação. Talvez se não fosse meu marido e meus filhos eu seria uma louca que acumula animais”. Esta frase me pareceu bastante expressiva. Parece revelar a existência de uma tensão entre a empatia e a “responsabilidade”, entre a vontade de estar sempre acolhendo os animais e o que pode se transformar em uma compulsão, com graves consequências tanto para os animais, quanto para a própria saúde mental dos protetores. Há muitos relatos de protetores que por causa do seu engajamento, se endividaram, perderam bens ou se divorciaram. A esse respeito, contou-me Inês:

(...) inclusive existem vários protetores que devem muito de empréstimo em banco; e se realmente não tiver muito equilíbrio você pode ir parar no fundo do poço, porque não temos ajuda externa. Tem que ter um controle muito grande. Tem que ter um controle emocional ao ver um animal precisando de ajuda e não poder acolher. (Inês, 26.06.17)

Eu tenho uma amiga, que tem cavalo, tem burro, porco, o que você imaginar ela tem... E passou quase metade da vida se dedicando aos animais e hoje está endividada e com a saúde comprometida. Ela disse que se tivesse se envolvido de uma outra forma, poderia tá mais saudável e ainda ajudando mais. E hoje em dia ela disse que tá numa situação que não tem mais força pra fazer mais nada, nem por ela, nem por mais nenhum. (INÊS, 08.08.17)

A Socióloga Margo Demello (2012) nos fala de um fenômeno chamado “fadiga por compaixão”, ou “estresse pós-traumático”, diagnóstico apresentado por muitos protetores em seu contexto de pesquisa nos Estados Unidos:

For these volunteers, sometimes the fatigue of knowing how many animals continue to be abandoned and euthanized feels overwhelming. Known as **compassion fatigue**, animal rescuers are at risk for being overwhelmed and traumatized by the constant animal suffering, and the knowledge that what they do is never enough. Many rescuers are depressed, and deal with that depression in unhealthy ways. Many, for example, use food, alcohol, or drugs to self-medicate. (DEMELLO, p.222, 2012).

Esse tipo de fadiga é decorrente das tensões diárias que muitos protetores têm que lidar, bem como do sentimento de impotência que muitos apresentam, ao saber que, mesmo se esforçando muito, ainda há muitos animais vulneráveis nas ruas e vítimas de maus-tratos. Certa vez, em uma conversa informal com uma protetora na cidade do Recife, ela falou que uma das piores épocas para os animais, e por consequência, para os protetores, era o período de chuvas. Ela me relatou que sofria muito, pois sabia que muitos deles estão sem abrigo e acabam morrendo ou sendo afetados diretamente nessa época. Esse estado de sofrimento e ansiedade constante é sem dúvida um dos principais desencadeadores da chamada “fadiga por compaixão”.

É plausível considerar que, se existe um tipo de modelo de conduta tido como responsável para um protetor, existe outro ao qual este se opõe. É justamente aí que se desenvolvem boa parte dos desentendimentos no interior da proteção animal, sendo a respeito desse ponto que irei discorrer no tópico seguinte.

Impasses e problemas no interior da Proteção Animal

Apesar de ser um consenso entre os protetores que os animais têm que ser castrados, há certo desentendimento com relação à qual seria a idade de realizar essa intervenção. A chamada castração pediátrica é um tipo de cirurgia de esterilização feita em animais antes deles atingirem sua maturidade sexual, ou seja, antes dos quatro meses em gatos e antes dos seis meses em cães.

Muitos veterinários são contra esse tipo de castração argumentando que há chances de os animais contraírem algumas doenças, como obesidade, incontinência urinária, insuficiência renal e diabetes, aumentadas pela interrupção da produção de hormônios do tipo progesterona e testosterona. Por outro lado, outros veterinários, e com estes, a maioria dos protetores, argumentam que os fatores de risco estão associados a mais variáveis, como o tipo de alimentação, espécie e raça (SILVA, 2019).

A necessidade de se castrar os animais cada vez mais cedo por parte dos protetores está relacionada ao fato de muitos deles não terem condições de se responsabilizar pelas ninhadas de gatos e cachorros por muito tempo. E como não é considerado prudente encaminhar os animais para a adoção sem tê-los castrados, muitos têm recorrido à castração pediátrica: “não posso esperar seis meses para doar um animal, senão a coisa não anda. Você fica com um bicho adulto em casa e ninguém quer.” (RAISSA, 10.02.2019).

Nesta mesma direção, afirmou outra interlocutora:

(...) entregar o animal sem castrar, depois o animal engravida e seus filhotes vão pra rua, morrem ou se reproduzem...; o que é menos ruim? Minha concepção é essa. Tem que castrar. Entregar o filhote já castrado, o animal pronto.” (MARIA, 13.02.2019).

Outro impasse entre os protetores diz respeito à castração, seguida da devolução dos animais para as ruas, a chamada CED (Captura, Esterilização, Devolução). Ter um local para deixar o animal que foi retirado das ruas, constitui, muitas vezes, uma grande limitação. Muitos protetores não têm mais condições de bancar lares temporários ou levar para casa. No entanto, teriam condições de castrar o animal. E dessa situação, surge o impasse. Uma parte considerável de protetores entendem que se uma pessoa tira o animal da rua, deve responsabilizar-se por ele. Devolvê-lo seria considerado um crime, pois partem do entendimento de que não existe animal seguro se ele está na rua. Por outro lado, os protetores favoráveis à devolução dos animais, argumentam que seria menos danoso, se esses animais que se encontram na rua estivessem castrados e não se reproduzissem, aumentando o tamanho do problema – similar a uma perspectiva de redução de danos utilizada na saúde pública para seres humanos. Tal como argumenta a referida interlocutora:

Sou a favor também da CED, que é a castração, é a “captura- esterilização- devolução” desses animais; que muita gente bate em cima porque você pega o animal, castra e devolve pra rua. E aí, a eficácia do CED é o controle populacional. Não é você chegar e dar um lar feliz praquele animal, que, como eu disse, não vai ter pra todo mundo. Mas é outra área da proteção que eu acho que é eficaz. Proteção em si, não é só pegar o animal e levar pra casa, proteção é todo esse conjunto, que você vai ter uma resposta em longo prazo. (MARIA, 13.02.2019).

Existem também entre os protetores o conceito de “animais comunitários”, que nada mais são do que animais que não possuem um tutor ou dono específico, mas que recebem cuidados de várias pessoas de uma dada localidade:

A necessidade dos animais comunitários vem do fato de que não há lar para todo mundo. (...) falo de pessoas aptas à adoção, e aí vem da pessoa querer, da família aceitar, a responsabilidade que essa pessoa vai ter, de ter tempo, de ter ambiente pra ter esse animal. Então as vezes você pensa assim ‘ah, o animal comunitário, ele vai tá mais saudável, ele vai tá mais feliz, do que se você pega esse animal e joga num abrigo’. Considerando toda a condição sanitária que esse animal vai vivenciar dentro de um abrigo. Então eu sou a favor de animais comunitários, mas eu sou a favor de uma forma responsável, como acontece aqui (Universidade). (MARIA, 13.02.2019)

Tendo em vista que uma das grandes dificuldades enfrentada pelos protetores é a falta de lugar para alocar os animais resgatados, uma parcela defende a necessidade de se construir abrigos públicos. No entanto, outro número considerável é totalmente contrário a todo e qualquer tipo de abrigo, por acreditarem que chega um determinado momento em que ninguém consegue cuidar bem de um número grande de animais. Depois, com muitos deles convivendo, a possibilidade de que uma doença acabe se espalhando é muito alta. A esse respeito uma das interlocutoras afirmou que deixou de participar de atividades em abrigos mediante a seguinte constatação de que após vários anos de trabalho, a quantidade de animais nesses só aumentou. De acordo com ela, a impressão que se tem é de que quanto mais um abrigo recebe ajuda, mais animais passam a chegar, e, conseqüentemente, acumular, criando assim um ciclo sem fim. Não raro, os abrigos também passam a se tornar pontos de abandono, o que contribui ainda mais para agravar o problema da superlotação de animais nesses lugares.

Outra grande discussão acerca do universo da proteção animal está relacionada ao advento dos “falsos protetores”. Pessoas que veem na proteção animal uma oportunidade de ganhar dinheiro:

Tem muita gente no *Facebook* pedindo dinheiro para fazer tratamento, muitas vezes em lugares caríssimos, mas ninguém tem o controle do dinheiro arrecado e das doações, e muitas vezes o animal vem a óbito e a gente não sabe o que foi feito com o dinheiro... virou quase que meio de vida para muitas pessoas. (INÊS, 09.07.2017)

Por isso mesmo, os protetores com os quais tive contato, me falaram que é necessário cobrar da pessoa que está recebendo os recursos as comprovações dos gastos.

O alerta com relação aos “proveitadores” da causa também se dirige aos políticos:

Hoje em dia todo mundo quer ser político da causa animal, coisa que não existia antes. Então houve um lado bom, que é muita gente ajudando, mas também tem um lado ruim, que é muita gente se aproveitando (INÊS, 09.07.2017).

Este debate desencadeia outro, sobre o que seria mais estratégico para a causa: inserir a pauta animal na agenda dos políticos, ou os próprios protetores lançarem-se candidatos. A discussão se resume, em poucas palavras, ao que seria melhor: ter políticos protetores ou protetores políticos? A esse respeito, uma “protetora política” (vereadora), defende a inserção de protetores na esfera eletiva. Por outro lado, há quem discorde dessa estratégia. Referindo-se ao contexto de Recife, assevera Inês:

Eu sou um pouco contra de protetor se tornar político, eu acho que a gente deveria apoiar mais políticos que querem e absorvem a causa animal; muitas vezes não é só a vontade de você querer fazer pelo animal, você tem que entender de gestão pública. Hoje, nós temos dois políticos na câmara, um deles é um pilantra e outro não tem noção nenhuma de política pública; ele deixou de fazer um trabalho excelente que ele fazia, pra tá lá dentro sem fazer nada, porque ele não tem ideia de gestão pública, não tem ideia de administração, talvez não tenha vocação pra ser político e nos deixou órfãos de uma parte e órfãos de outra, porque não está atendendo nem um lado nem o outro. (INÊS, 09.07.2017)

Entre os entrevistados, há ainda quem acredite também que no atual momento da proteção animal no Brasil, que passa por um crescente no número de participantes, as duas coisas são importantes para que a causa se consolide.

Sacrifício, recompensa, obrigação e auto responsabilidade

Tão importante quanto compreender os motivos que levaram certas pessoas a se engajarem numa dada causa, é saber o que as fizeram permanecer nela. Como indaga Jasper (2016): “é excitante comparecer à primeira assembleia, mas por que há pessoas que vão à centésima?”. Isso ganha mais importância quando os relatos sobre a atividade desempenhada pelos protetores são em sua maioria narradas como repletas de problemas.

De fato, a minha pesquisa mostrou que envolver-se com a proteção animal impactou a vida dessas pessoas de diversas formas, estendendo-se desde as relações familiares e ciclos de amizade, até a vida financeira, afetiva e emocional.

No entanto, uma vez envolvidos em um grupo, essas pessoas passam a compartilhar um senso de identificação e pertencimento ao saberem que a pessoa que está atuando ao seu lado também em seu dia a dia vivencia situações similares. É o que Jasper (2016) denomina por “emoções comuns”, tal como a atitude de amar ou odiar as mesmas coisas, ou reconhecer um mesmo fato ou situação como sendo um problema.

Trata-se da formação de comunidades fundadas no compartilhamento de um sentimento, ou, o que a Jimeno (2010) chama de “comunidades emocionais, de moralidade, fundadas numa ética do reconhecimento.” (p.103). Para a autora, essa linguagem, que assume nos grupo de proteção animal um caráter predominantemente emocional, possui grande potencial de construir laços que provocam efeitos políticos na vida das pessoas, o que demonstra o papel que as emoções podem desempenhar para a formação de grupos ou movimentos sociais (GOODWIN & POLLETTA, 2001).

Em outros casos, esses grupos, comunidades ou movimentos ditos seculares também podem funcionar como uma espécie de “religião”, na medida em que “fornecem um significado em torno do qual os indivíduos se aglutinam, interpretando a vida através de um sistema de crenças, símbolos, rituais e prescrições comportamentais.” (OSÓRIO, 2017). De maneira análoga, Jeffrey Alexander (2003) vem desenvolvendo um programa de sociologia política no interior da qual movimentos sociais, lutas por políticas públicas e demais formas de mobilizações se constroem não apenas mediante racionalidade, mas também, e talvez principalmente, através da sacralização de determinadas pautas e da mobilização dos afetos.

Dessa forma, quero destacar aqui dois sentimentos amplamente compartilhados entre os protetores e que parecem ter o efeito de reforçar sua atuação nesse campo: obrigação moral e auto responsabilidade:

A pessoa se sente obrigada a fazer alguma coisa. Você acaba gostando tanto desses animais, que você acaba se sentindo obrigada a ajudar de alguma forma, e, querendo ou não a gente recebe um troco emocional, sabe? Uma gratidão por parte deles, que é o apego. Só isso. Não tem um financeiro que você receba, muito pelo contrário, você gasta mais do que pode. Não tem reconhecimento de que ‘ah, eu vou ganhar um prêmio de protetora do ano’, não tem nada disso. É bem emocional mesmo. Tipo, a felicidade de você pegar um animal que tá destruído na rua e você resgatar aquele animal, cuidar e vincular para a adoção e você ver aquele animal bem, e que provavelmente na rua ele morreria, é extremamente gratificante. Fora isso, mais nada”. (MARIA, 13.02.2019).

A esse mesmo respeito, diz outra interlocutora:

Quando vejo um animal doente, na rua abandonado, na minha frente, é como se eu tivesse vendo um animal recém-nascido no chão. Ele não vai saber se virar. Principalmente filhote. Adulto ainda tem mais alguma chance de se virar, caçar. Mas filhote não precisa de ajuda. O que me faz continuar protetora é o meu amor, primeiramente aos animais. E também por querer ajudar. A empatia fala mais alto. (RAISSA, 18.02.2019)

Em seu notável trabalho sobre a proteção animal na cidade do Niterói, Osório (2017) diz haver uma confluência entre discursos carregados de conteúdos emocionais (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990) e os aspectos morais, sobretudo na maneira como o sofrimento animal é representado pelos protetores. Muitas vezes, o sofrimento é evocado tanto para torná-los passíveis de consideração moral (FRANCO, 2012). O estabelecimento de simetrias entre o sofrimento humano e o sofrimento animal torna-se, assim, um elemento chave (SORDI, 2011). Trata-se de espécie de reconhecimento a partir da dor de um “outro” que parece estar cada vez mais próximo de um “nós”, mediante um processo de produção de identificação entre as espécies (SEGATA, 2012).

E neste sentido, essas pessoas também passam a se sentirem responsáveis, tanto pela causa desse sofrimento, como também pela sua solução (OSÓRIO, 2017, p.254). Essa reflexão lança luz sobre o sentido da auto atribuição de responsabilidade e da obrigação moral de agir.

Como podemos perceber nas falas acima, existe uma tensão evidente expressa em uma dinâmica que envolve sacrifício e recompensa. De acordo com Perez (2012) a noção de sacrifício, remete a:

Disposição de deslocar-se de si mesmo, de colocar-se no lugar dos outros, de assumir suas penas e dores. Postura que exige a anulação do sentido de indivíduo entendido na perspectiva da modernidade, de ser o eixo da história, conforme indica Dumont: “ser moral, independente, autônomo, e, por consequência, essencialmente não social, que veicula os nossos valores supremos e ocupa o primeiro lugar na nossa ideologia moderna do homem e da sociedade (1992:35). (PÉREZ, 2012, p. 355).

Nos casos mais extremos, esse sacrifício atinge uma dimensão tal, que pode implicar em uma quase “renúncia de si”, o que significa abdicar de vários aspectos da vida para dedicar-se aos animais.

Nem tudo, entretanto, é apenas sacrifício. Não houvesse compensações, o agenciamento protetor talvez não existisse:

(...) às vezes dá vontade de desistir; as vezes bate o arrependimento, poxa, onde fui me meter... mas aí, quando a gente consegue obter um bom

resultado, castrar animais, tirá-los de uma situação de risco, o resultado é gratificante. (JOSÉ, 05.062017)

Nesse mesmo sentido, outra interlocutora pontua:

O que eu acho que nesses anos eu abri muito mão, era da vida confortável que eu tinha, clube, trocar carro toda hora, viagens... mas o que eu sinto hoje no meu coração, se eu fosse trocar por dinheiro, eu não queria... eu só digo uma coisa, nesses últimos quatro anos, eu deixei de comprar três apartamentos iguais ao meu, eu poderia tá morando num apartamento muito bom, mas isso não me traria a felicidade que me traduz quando eu resgato um animal, doo esse animal, vou visitar na casa dos tutores, então isso me realiza sabe? Por exemplo, não tenho filhos, mas eu vou deixar pra sociedade, eu fiz algo pelo mundo. Eu plantei uma árvore e tive inúmeros filhos que não tiveram seus filhos na rua, falta escrever um livro. Eu me emociono muito, sabe? É uma vida difícil, mas é uma vida reconfortante, é algo que nunca ninguém vai tirar de mim. (KÁTIA, 08/08/17)

Ter um animal adotado é algo muito gratificante para um protetor. Significa que ele vai ter um destino diferente daquele que teria caso permanecesse nas ruas. Pelo que pude perceber, é este sentimento de gratificação que faz para a maioria dos protetores suas ações e seus “sacrifícios” diários valer a pena. Afinal de contas, deve haver satisfações no caminho. Por outro lado, a conclusão desse processo também representa a possibilidade de poder dar continuidade ao trabalho que já desempenham, passando a ajudar outros animais e prosseguindo na dinâmica de sacrifício e recompensa.

Considerações Finais

Ao longo deste capítulo dei ênfase aos processos envolvidos na atitude de tornar-se protetor. Como espero ter ficado evidente, trata-se de um processo complexo, atravessado por diversas questões e aspectos subjetivos, mas que impactou a vida dos interlocutores aqui em questão de formas diferentes. Se por um lado os fragmentos biográficos apresentados revelaram inúmeras particularidades, no sentido da variação de aspectos, emoções e sensibilidades que levaram cada uma dessas pessoas a agirem de forma sistemática em favor dos animais, por outro, também foi possível perceber algumas semelhanças, as quais irei tratar aqui em termos de um processo, que se constitui mediante algumas etapas.

Desta forma, identifiquei que na trajetória desses sujeitos, é uma constante o fato de localizarem na infância, uma espécie de sensibilidade quase que “inata”, despertada a partir da relação/convivência com algum animal no ciclo social familiar. Em muitos

casos, vimos essa experiência é naturalizada, externada em termos de uma pré-disposição⁴.

Em seguida, essa sensibilidade ou empatia, carregada dentro de si para com os animais, converte-se, ao longo da vida, em atitudes de proteção e cuidado, e que em algum momento da biografia dos interlocutores em questão, acabam por se estender aos animais fora do seu ciclo de convivência. Ainda sem o rótulo de protetores, boa parte dos interlocutores, ou passaram por uma, ou mais experiências de resgate a algum animal de rua, ou vivenciaram algum evento dramático, um *choque moral*, nos termos de Jasper (2016). Esses eventos os impactaram de uma forma tal que os levaram a agir, fazendo algo em prol desses animais. Na literatura sobre biografia e trajetórias de vida, esses eventos são chamados de “pontos de virada”.

É nesse momento, depois de passarem por algumas experiências pontuais de resgate ou de ter vivenciado um “choque moral”, que essas pessoas acabam por ter contato com grupos de proteção animal. Através desses grupos, abre-se um mundo de possibilidades que os impactam de diversas formas: primeiro, há certa satisfação ao saber que não estão sozinhos, que existem outras pessoas que pensam e agem de forma semelhante. Depois, mais do que isso, percebem que a proteção animal é, na verdade, uma grande rede, que envolve vários agentes: protetores, veterinários, lar temporário, abrigo e a própria administração pública, através de seus órgãos para lidar com animais. No entanto, é também aqui, que essas pessoas passam a perceber que os problemas que envolvem os animais que se dispõem a proteger, é bem maior do que podiam imaginar, e que, na verdade, faltam braços e pernas para solucioná-lo, tamanha a gravidade.

Por outros motivos, o contato com grupos de proteção também é central. É geralmente nesse ponto que as ações desenvolvidas pelos interlocutores deixam de ser pontuais e passam a ser sistemáticas, sendo esse um aspecto crucial para a auto identificação enquanto protetor. É esse caráter de rotina e repetição que transforma alguém que apenas possui empatia ou gosta de animais, em alguém que é e define-se como protetor.

O “tornar-se protetor” também está acompanhado de uma série de procedimentos e modelos de conduta que modificam a maneira de agir em favor dos animais. Como vimos anteriormente, há uma série de protocolos a serem seguidos, que

⁴ Osório (2017) também encontra algo semelhante em seu trabalho com protetores em Niterói-RJ.

envolve desde os cuidados ao resgatar um animal, até a melhor forma de encaminhá-los para a adoção, considerando os melhores perfis.

Por sinal, encaminhar com sucesso um animal para adoção, é o final de um ciclo bem sucedido, que gera nos protetores um enorme sentimento de gratificação, por acreditarem que, sem essa intervenção, certamente aquele animal teria um destino diferente, sendo esta sensação de satisfação pessoal, de estar “fazendo a diferença” na vida de outro ser, o que motiva muitos protetores a permanecerem agindo, mesmo diante de inúmeras dificuldades.

Uma vez definindo-se enquanto protetor, é como se aquela “vocaçãõ” para com os animais que remonta à infância, muito bem expressas em frases como “eu sempre fui assim”, se convertesse em dever moral, gerando nos interlocutores o sentimento de sentir-se obrigado a agir e fazer algo para melhorar a vida dos animais que os mobilizam. No entanto, essa vontade de fazer algo, de não conseguir ficar impassível diante de algum animal vulnerável, a título de exemplo, muitas vezes pode levar o protetor ao acúmulo de animais, bem como a outros problemas em diversos níveis e esferas de suas vidas: endividamento, rupturas familiares, divórcio, estresse, falta de cuidado consigo mesmo, entre outros. Notamos aqui uma forte tensão entre empatia e responsabilidade.

Aqui tocamos em um ponto crucial: para que não cheguem ao momento de se tornarem acumuladores ou ter sob sua alçada mais animais do que podem cuidar de modo “adequado”, os “protetores profissionais” acabam por desenvolver, uma série de mecanismos para controlar o impulso inicial de resgatar qualquer animal em situação de vulnerabilidade.

Também é preciso reconhecer que é inegável que o maior impacto para quem exerce um determinado tipo de ativismo é na sua própria vida. E neste sentido, as “consequências biográficas” do envolvimento em uma determinada causa, neste caso, a proteção animal, podem ser permanentes.

Por fim, por meio de pessoas e grupos organizados o alargamento nas “sensibilidades” assumiu na proteção animal a forma de um projeto moral. Primeiro, convertendo-se em atitudes de cuidado e proteção; depois, saindo da esfera privada e tornando-se uma questão pública, momento em que o Estado passou a ser cobrado a incorporar os animais no escopo de suas políticas. Neste trabalho, nos concentramos no nível de análise das atitudes de cuidado e proteção, no despertar para o engajamento e nos seus desdobramentos na vida dos interlocutores.

Referências

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. A. **Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life**. In: ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. A. (Ed.). *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.

ALEXANDER, Jeffrey. **The meanings of social life: a cultural sociology**. Oxford University Press, p.11-26, 2003.

BECKER, Howard S. **Notes on the concept of commitment**. *The American Journal of Sociology*, v. 66, n. 1, p. 32-40, jul. 1960.

DEMELLO, Margo. **Animals and society: an introduction to human-animal studies**. New York: Columbia University Press, 2012.

ECKERT, Cornélia & ROCHA, Ana Luiza C. da. **Etnografia da duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas**. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.

FRANCO, Ana Paula Perrota. **O “sofrimento” como justificativa para a reivindicação de uma nova relação entre humanos e animais**. XV Encontro de Ciências Sociais - Norte/Nordeste (CISO)- 2012 – UFPI.

FRANKLIN, Adrian. **Animals and Modern Cultures: A Sociology of Human–Animal Relations in Modernity**. London: Sage, 1999.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. & POLLETTA, Francesca (orgs.). **Passionate Politics – emotions and social movements**, Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

GROVES, Julian. McAllister. **Animal Rights and the Politics of Emotion: Folk Constructs of Emotions in the Animal Rights Movement**. In: *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. (Orgs) J. Goodwin, J. M. Jasper, and F. Polletta. Chicago: University of Chicago Press, p. 212–229, 2001.

GUSSI, Alcides Fernando. **A abordagem biográfica e suas implicações epistemológicas entre a antropologia e a educação**. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, Vol. 24, nº 2. p. 173-186. Jul/Dez 2008.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

JIMENO, Myriam. **Emoções e Política: a Vítima e a Construção de Comunidades Emocionais**. *Mana*. Rio de Janeiro. P.99-121 (2010).

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra Oliveira. **Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal.** *Ilha Revista de Antropologia*, v. 17(2), p. 075-100, dez. 2015.

LIMA, M. H. C. C. A. **Animais de estimação e civilidade: a sensibilidade de empatia interespecie nas relações com cães e gatos.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Recife. 2016.

OSORIO, Andréa Barbosa. **Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades.** *Horizontes Antropológicos*. p.253-274. vol.23, n.48, 2017.

PÉREZ, Andrea Lissetti. **“O exército dos mortos”: sentido do sacrifício e da transcendentalidade na militância revolucionária, Caso do Exército de Libertação Nacional (ELN) da Colômbia.** In *MANA*, v. 18, n. 2, p. 349-377, mês. 2012.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. **Inventário do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses.** *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 13, n. 28, set/dez, 2011, p. 200-255.

SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Paraná, UFPR. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Curitiba, 2012.

SILVA, Taciana Cássia da. **Castração pediátrica e não pediátrica em cães e gatos: resultados a longo prazo para saúde e comportamentos animais.** Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Medicina Veterinária. Recife: 2019.

SORDI, Caetano. O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, nº. 147, 2011.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800).** Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1983]